

## Contraponto ao texto “Identidade moral e autonomia privada: o caso Foucault”

Counterpoint to the text "Moral identity and private autonomy: the Foucault case"

Chrislaine Janaina Damasceno

Mestra em História

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

chrisdamasceno@hotmail.com

**Recebido em:** 15/02/18

**Aprovado em:** 20/03/19

**Resumo:** O propósito deste trabalho é identificar, no âmbito do texto *Identidade Moral e autonomia privada: o caso Foucault*, de Richard Rorty, as interpretações, os confrontos e os limites apontados pelo autor em sua leitura de Michel Foucault. Vale dizer que o foco de observação foi direcionado em maior monta para a compreensão sobre o poder, a função do intelectual e a ação do sujeito na esfera pública e privada que o norte-americano extrai da obra de Foucault, contrapondo-a às reflexões construídas e apoiadas, principalmente, na obra *Ditos e escritos, volume V: ética, sexualidade, política*, e *Ditos e escritos, volume IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade*.

**Palavras-chave:** Poder; Michel Foucault; Richard Rorty.

**Abstract:** The purpose of this paper is to identify the interpretations, confrontations and limits pointed out by the author in his reading of Michel Foucault, in the scope of the text *Moral Identity and Private Autonomy: The Foucault Case*. It is worth mentioning that the focus of observation was directed more towards understanding the power, the function of the intellectual and the action of the subject in the public and private sphere that the American draws from Foucault's work, contrasting it with the constructed reflections and supported, mainly, in the work *Dicts and writings, volume V: ethics, sexuality, politics, and Dictations and writings, volume IX: genealogy of ethics, subjectivity and sexuality*.

**Key-words:** Power; Michel Foucault; Richard Rorty.

### Introdução

Este artigo visa confrontar as ideias desenvolvidas por Richard Rorty a respeito do poder e da função do intelectual na obra de Michel Foucault. Ambos os autores construíram material teórico que balizam os estudos contemporâneos da filosofia e da história, por isso se faz necessário uma análise sobre seus conceitos.

Michel Foucault (1926-1984) nasceu em Poitiers, França, em 1926. Em 1946 entrou na *École Normale Supérieure*, diplomou-se em Filosofia em 1948, Psicologia em 1950 e Psicopatologia em 1952. Em 1954 publicou seu primeiro livro *Doença Mental e Personalidade*. Começou a lecionar na Universidade de Lille. Entre 1955 e 1958 atuou na Suécia, Varsóvia e Hamburgo. Nos anos de 1959 defendeu seu doutorado na *École Normale Supérieure* intitulado *História da Loucura na Idade Média*. Entre 1960 e 1966, lecionou na *Universidade de Clermont-Ferrand*, na França. Seu livro *A Ordem das Coisas* (1966) o destacou como um pensador original e controverso. Em 1969 publicou *A Arqueologia do Saber*. Em 1970 foi eleito para ocupar uma cadeira no *Collège de France* e, em 1975, publicou *Vigiar e Punir: o Nascimento da Prisão*. Por vários anos Michel Foucault foi professor da Universidade da Califórnia. Até sua morte, em 1984, continuou lecionando e publicando obras e cursos de bastante relevância intelectual.

Richard Rorty (1931-2007) nasceu em *New York* no ano de 1931, ingressou na Universidade de Chicago, precocemente, aos 15 anos, onde cursou também o mestrado. O doutorado, por sua vez, foi feito na Universidade de Yale até o ano de 1956. Lecionou em Wellesley e em Princeton, de 1961 a 1982. Em 1998 ingressou na Universidade da Virgínia. Tornou-se professor de literatura comparada em Stanford, onde se aposentou, em 2005. Rorty foi um pensador combativo e ao mesmo tempo possuidor de uma visão otimista em relação à humanidade, suas obras têm fortes influências de James, Dewey, Quine, Sellars, Davidson, Darwin, Hegel, Heidegger e Wittgenstein. Seus títulos mais relevantes são: *A Filosofia e o Espelho da Natureza* (1979), *Conseqüências do Pragmatismo* (1982), *Contingência, Ironia e Solidariedade* (1988), *Objetividade, Relativismo e Verdade – Artigos Filosóficos I* (1991), *Ensaio sobre Heidegger e Outros – Artigos Filosóficos II* (1991), *Verdade e Progresso – Artigos Filosóficos III* (1998), *Filosofia e Esperança Social* (2000).

### Contraponto

O primeiro ponto abordado no texto *Identidade Moral e autonomia privada: o caso Foucault*, escrito por Rorty, é sua ressalva à maneira como Foucault descreve o poder. Segundo o autor, o termo, na concepção foucaultiana, é amplo e vazio, possibilitando que qualquer estudo possa ser um estudo sobre estruturas e estratégias de poder. Conforme aponta, “[...] nós reformistas liberais pensamos que o trabalho de Foucault está impregnado por uma ambiguidade incapacitante entre ‘poder’ como um termo pejorativo e como um termo neutral descritivo” (RORTY, 1999, p. 304).

Todavia, é necessário notar que a concepção de “poder” adotada por Rorty é de um conceito negativo, próximo à dominação, no qual não há possibilidades de ação do sujeito. Nos escritos de Foucault, observa-se uma perspectiva diferente da leitura proposta por Rorty:

Quase não emprego a palavra poder, e se algumas vezes o faço é para resumir a expressão que sempre utilizo: as relações de poder. Mas há esquemas prontos: quando se fala de poder, as pessoas pensam imediatamente em uma estrutura política, em um governo, em uma classe social dominante, no senhor diante do escravo, etc. Não é absolutamente o que penso quando falo das relações de poder. Quero dizer que, nas relações humanas, quaisquer que sejam elas – quer se trate de relações amorosas, institucionais ou econômicas-, o poder está sempre presente: quero dizer, a relação em que cada um procura dirigir a conduta do outro. São, portanto, relações que se podem encontrar em diferentes formas: essas relações de poder são móveis, ou seja, podem se modificar, não são dadas de uma vez por todas. [...] Essas relações de poder são, portanto, móveis, reversíveis e instáveis. Certamente é preciso enfatizar também que só é possível haver relações de poder quando os sujeitos forem livres. Se um dos dois estiver completamente à disposição do outro e se tornar sua coisa, um objeto sobre o qual ele possa exercer uma violência infinita e ilimitada, não haverá relações de poder. Portanto, para que se exerça uma relação de poder, é preciso que haja sempre, dos dois lados, pelo menos uma certa forma de liberdade. Mesmo quando a relação de poder é completamente desequilibrada, quando verdadeiramente se pode dizer que um tem todo o poder sobre o outro, um poder só pode se exercer sobre outro à medida que ainda reste a esse último a possibilidade de se matar, de pular pela janela ou de matar o outro. Isso significa que, nas relações de poder, há necessariamente possibilidade de resistência, pois se não houvesse possibilidade de resistência- de resistência violenta, de fuga, de subterfúgios, de estratégias que invertem a situação-, não haveria de forma algumas relações de poder (FOUCAULT, 2014, p. 277).

Como se pode notar, Foucault não vê nas relações de poder “alguma coisa má em si mesma, das quais seria necessário se libertar” (FOUCAULT, 2014, p. 277). Para ele, o que configura o poder é o direcionamento de condutas; é por essa razão que as relações de poder estão presentes em todos os âmbitos. Ter poder é determinar o campo de possibilidades do outro: “acredito que não pode haver sociedade sem relações de poder, se elas forem entendidas como estratégias através das quais os indivíduos tentam conduzir, determinar a conduta dos outros” (FOUCAULT, 2014, p. 277).

Dessa maneira, Foucault fornece uma nova interpretação de poder e de saber diferente da relação diagnosticada por Rorty em seus escritos,

A projeção de Foucault do desejo de autonomia privada na política parece-me o inverso da insistência do meu colega liberal, Habermas, em noções como ‘racionalidade’ e o ‘verdadeiro eu’. Habermas gostaria de fundamentar as

obrigações morais e, assim, as instituições sociais, em algo universalmente humano. De maneira oposta, o antiplatonismo radical nietzscheano de Foucault leva-o a deduzir, a partir da ausência de qualquer coisa que possa servir como esse tal fundamento, a ausência da necessidade de instituições sociais. Eu preferiria dividir a diferença entre Foucault e as suas críticas liberais, dizendo que Nietzsche e Foucault estão certos contra Platão, mas que este antiplatonismo não ajuda a mostrar que existe algo de errado com quaisquer redes de poder que sejam necessárias para moldar pessoas em indivíduos com um sentido de responsabilidade moral. (RORTY, 1999, p. 307-308).

Como observa Dreyfus e Rabinow, Michel Foucault “não considera o poder como uma posse que um grupo tem e outro não; que não considera o saber objetivo ou subjetivo, mas um componente central na transformação histórica de vários regimes de poder e de verdade” (DREYFUS; RABINOW, 2013, p. 131). Assim, analisa os pactos de verdade que são construídos, o lugar que ocupa na sociedade, para, então, conseguir pensar em si como sujeito da ação. “Foucault concentra sua análise exatamente nestas práticas culturais em que o poder e o saber se cruzam, e em que nossa compreensão de indivíduo, de sociedade e das ciências humanas é fabricada” (DREYFUS; RABINOW, 2013, p. 134). Somente dessa forma, segundo Foucault, conseguiremos nos constituir como sujeito da ação.

É visível, portanto, que o filósofo francês não faz análise do poder, como propõe Rorty; ele emprega a relação saber/poder para compreender os domínios do sujeito. O que é interpretado, pelo segundo, como um afastamento político e concentração exacerbada em si, pelo primeiro;

[...] Mas ele [FOUCAULT] acredita que a sua identidade *moral* esgota a sua autodescrição, pois não crê que a sua conduta em relação a outros seres humanos é a coisa mais importante sobre si. O que é mais importante é o seu *rappor à soi*, a sua busca privada pela autonomia, a sua recusa em ser exaustivamente descritível por palavras que se aplicam a qualquer outro que não a si. (RORTY, 1999, p. 302)

Entender o poder em Foucault de maneira negativa ou semelhante à dominação é fazer uma leitura equivocada de suas obras. Segundo Foucault, o poder está sempre relacionado com o outro, é dinâmico. As relações de poder se articulam “sobre dois elementos que lhes são indispensáveis para ser justamente uma relação de poder: que ‘o outro’ (aquele sobre o qual ela se exerce) seja bem reconhecido e mantido até o fim como sujeito de ação” (FOUCAULT, 2014, p. 132-133). Ou seja, não há poder sem liberdade, uma vez que, para se ter poder, é necessário ter possibilidades. Diante disso, o poder se mostra produtivo, pois, a partir das possibilidades que ele

apresenta, instaura-se um campo que produz ações, tornando-se, assim, um exercício positivo. Desse modo, o exercício de poder é definido como “um conjunto de ações sobre ações possíveis” (FOUCAULT, 2014, p. 133), sendo governar, uma forma de “estruturar o campo de ação eventual dos outros” (FOUCAULT, 2014, p. 133):

Quando se define o exercício de poder como um modo de ação sobre as ações dos outros, quando são caracterizadas pelo “governo” dos homens uns pelos outros – no sentido mais amplo dessa palavra-, inclui-se nele um elemento importante: o da liberdade. O poder só se exerce sobre “sujeitos livres”, e enquanto são “livres” – entendamos por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidades em que várias condutas, várias reações e diversos modos de comportamento podem apresentar-se. Aí onde as determinações são saturadas não há relação de poder: a escravidão não é uma relação de poder quando o homem está acorrentado (trata-se, então, de uma relação física de obrigação), mas justamente quando ele pode deslocar-se e, no limite, escapar. Não há, pois, um face a face de poder e de liberdade, com uma relação de exclusão entre eles (por toda a parte onde o poder se exerce, a liberdade desaparece); mas um jogo muito mais complexo: nesse jogo, a liberdade vai aparecer como condição de existência do poder (ao mesmo tempo, prévio, visto que é necessário que haja liberdade para que o poder se exerça, e também seu apoio permanente, visto que, se ela se retirasse inteiramente do poder que se exerce sobre ela, este desapareceria pelo próprio fato e deveria encontrar para ele um substituto na coerção pura e simples da violência) (FOUCAULT, 2014, p. 134).

Poder e liberdade, portanto, não são opostos, mas complementares, tendo em vista um jogo muito mais complexo de análises do que uma simples compreensão dual. Nesse sentido, não é possível existir uma sociedade em que não haja relações de poder e, contrariamente ao que afirma Rorty: que “[...] qualquer estudo de qualquer coisa (de relações matemáticas ou químicas, do jogo de xadrez, de instituições sociais) será um estudo de ‘estratégias de poder’, tal como será um estudo da ‘exploração de possibilidades estruturais’.[...]” (RORTY, 1999, p. 304), todos os estudos podem ser, sim, um estudo das relações de poder, sem que isso os torne rasos ou vazios, desde que a compreensão do termo esteja atrelada àquilo que propõe Foucault:

a análise, a elaboração, o questionamento das relações de poder e intransitividade da liberdade, são uma tarefa política incessante: e que é mesmo isso a tarefa política inerente a toda existência social. (FOUCAULT, 2014, p. 136)

Adverso ao que aponta Rorty, o estudo do poder, para Foucault, não está circunscrito às instituições;

Vê-se por que razão a análise das relações de poder em uma sociedade não pode se reduzir ao estudo de uma série de instituições, nem mesmo ao estudo

de todas as que mereciam o nome de “política”. As relações de poder se enraízam no conjunto da rede social. Isso não quer dizer no entanto que não haja um princípio de poder primeiro e fundamental que domina até o menor elemento da sociedade: mas que, a partir dessa possibilidade de ação sobre a ação dos outros que é coextensão a toda relação social, formas múltiplas de disparidade individual, de objetivos, de instrumentações dadas sobre nós e os outros, de institucionalização mais ou menos setorial ou global, de organização mais ou menos refletida definem formas diferentes de poder. [...] Referindo-se ao sentido, desta vez restrito à palavra “governo”, poder-se-ia dizer que as relações de poder foram progressivamente governamentabilizadas, isto é, elaboradas, racionalizadas e centralizadas na forma ou sob a caução das instituições estatais. (FOUCAULT, 2014, p. 137)

Contradizendo uma constatação de submissão e dominação em que não há alternativas, seu exercício não é “[...] um fato bruto, um dado institucional, nem uma estrutura que se mantém ou se quebra: ele se elabora, se transforma, se organiza, se dota de procedimentos mais ou menos ajustados” (FOUCAULT, 2014, p. 137). O filósofo francês enfatiza que não se pode escapar das relações de poder pois;

Essa forma de poder se exerce sobre a vida quotidiana imediata, que classifica os indivíduos em categorias, designa-os por sua individualidade própria, liga-os à sua identidade, impõe-lhes uma lei de verdade que lhes é necessário reconhecer e que os outros devem reconhecer neles. É uma forma de poder que transforma os indivíduos em sujeitos. Há dois sentidos para a palavra “sujeito”: sujeito submisso ao outro pelo controle e pela dependência, e sujeito ligado à sua própria identidade pela consciência ou pelo conhecimento de si. Nos dois casos, essa palavra sugere uma forma de poder que subjuga e submete (FOUCAULT, 2014, p. 123).

Essas relações permeiam todos os lugares, mas “podemos sempre transformar a situação. Eu não quis, então, dizer que estamos sempre presos como em uma armadilha, mas, ao contrário, que estamos sempre livres. Enfim, em resumo, que há sempre a possibilidade de transformar as coisas” (FOUCAULT, 2014, p. 256). Mais esclarecedoras ainda, são os estudos de Dreyfus e Rabinow sobre o trabalho de Foucault acerca das instituições e do poder;

Maiores esclarecimentos fazem-se necessários. Parte da genialidade - e da dificuldade- do trabalho de Foucault reside na sua recusa sistemática em aceitar as categorias sociológicas usuais. A tecnologia política do corpo – o cruzamento das relações entre poder saber e corpo- não pode ser encontrada numa única instituição nem num único aparelho de poder, dos Estados. Apesar de se preocupar cada vez mais com aquilo que chamamos comumente de análise institucional, Foucault não trata das instituições *per se*, mas do desenvolvimento das tecnologias de poder. A prisão constitui parte integrante desta história, mas não é idêntica nem coextensiva a ela. É claro que Foucault pensa a prisão e o Estado como tendo papel preponderante na articulação das relações modernas de poder. Porém, ele tenta identificar os mecanismos

específicos das tecnologias, através dos quais o poder realmente se articula com o corpo (DREYFUS & RABINOW, 2013, p. 126).

O segundo ponto do texto de Rorty a ser destacado é a referência a Foucault como um intelectual romântico:

O objetivo do intelectual romântico de autodomínio e auto-invenção parece-me um bom modelo (um entre muitos outros bons modelos) para um ser humano individual, mas um péssimo modelo para a sociedade. [...] As sociedades não são quase-pessoas, são (no seu melhor social democrático, liberal) compromissos entre as pessoas. O objetivo de uma sociedade liberal não é inventar ou criar qualquer coisa, mas simplesmente tornar o mais fácil possível às pessoas atingirem os seus diferentes alvos privados sem se magoarem mutuamente. Analisar os pormenores dos compromissos continuamente em alteração, que constituem o discurso político de tal sociedade, exige um vocabulário moral banal- um vocabulário que não é mais relevante para a auto-imagem privada de um indivíduo que para o outro. Numa sociedade liberal, as nossas relações com os nossos concidadãos não é *suposto* serem românticas ou inventivas; é suposto terem a inteligibilidade rotineira do mercado ou tribunal (RORTY, 1999, p. 306).

Rorty desejava encontrar nos escritos de Foucault um engajamento público maior. Sua expectativa era a de que o intelectual indicasse caminhos para a sociedade. Foucault, por sua vez, não é prescritivo, ele preza pela análise e pelo autoconhecimento para que as pessoas possam entender como e do que são constituídas.

Para Rorty, mostrar como os indivíduos são “montados” e dizer o que o ser humano é, assim como faz Foucault, é uma grande crueldade. De maneira oposta, o francês acredita que o papel do intelectual consiste em realizar alguma transformação na mentalidade dos sujeitos; isto posto, expor que o modo como eles são naturalmente não é tão natural assim, é a forma mais libertadora de atuação intelectual:

A função de um intelectual não é dizer aos outros o que eles devem fazer. Com que direito o faria? Lembrem-se de todas as profecias, promessas, injunções e programas que os intelectuais puderam formular durante os dois últimos séculos, cujos efeitos agora se veem. O trabalho de um intelectual não é moldar a vontade política dos outros; é, através das análises que faz nos campos que são os seus, o de interrogar novamente as evidências e os postulados, sacudir os hábitos, as maneiras de fazer e de pensar, dissipar as familiaridades aceitas, retomar a avaliação das regras e das instituições e, a partir dessa nova problematização (na qual ele desempenha seu trabalho específico de intelectual), participar da formação de uma vontade política (na qual ele tem seu papel de cidadão a desempenhar) (FOUCAULT, 2014, p. 288).



No mundo contemporâneo, segundo Foucault, o papel do intelectual é promover apontamentos dos limites da sociedade e desnaturalizar os processos por meio da problematização. Ele não deve dizer aos outros o que devem fazer, muito menos moldar a vontade política dos indivíduos. O intelectual deve interrogar-se sobre os campos que são seus, questionar os formulados com base na problematização, desempenhando, assim, seu papel de cidadão.

Durante muito tempo, as pessoas me pediram para lhes explicar o que iria acontecer e lhes fornecer um programa para o futuro. Sabemos muito bem que, mesmo quando inspirados pelas melhores intenções, esses programas sempre se tornaram uma ferramenta, um instrumento de opressão. A Revolução Francesa se serviu de Rousseau, que tanto amava a liberdade, para elaborar um modelo de opressão social. O estalinismo e o leninismo horrorizariam Marx. Meu papel- mas este é um termo muito pomposo- é mostrar às pessoas que elas são muito mais livres do que pensam, que elas tomam por verdadeiros, por evidentes certos temas fabricados em um momento particular da história, e que essa pretensa evidência pode ser criticada e destruída. O papel de um intelectual é mudar alguma coisa no pensamento das pessoas (FOUCAULT, 2014, p. 288).

Relacionado à leitura que Rorty faz da postura social e privada de Foucault está o terceiro e último ponto aqui levantado. Para o filósofo americano, Foucault separa as ações da esfera pública da privada, buscando, em seus últimos escritos, uma importância maior ao seu “desejo de autonomia privada” (RORTY, 1999, p. 307) e se separando das questões sociais. Para ele; “Foucault, tal como entendo, queria fazer o bem aos seus semelhantes e, ao mesmo tempo, possuir uma identidade que não tivesse quase nada (na realidade, o mínimo possível) a ver com o deles”. Mais um lapso presente na leitura que Rorty faz de seu contemporâneo, pois, ao se desvencilhar do que denominava sua busca pela autonomia de sua identidade moral, demonstra claramente não compreender os caminhos percorridos nas últimas obras foucaultianas, em que o filósofo afirma que “o governo de si se integra a uma prática do governo dos outros. São, em suma, duas vias de acesso inversas para uma mesma questão: como se constituiu uma experiência em que estão ligadas a relação consigo mesmo e a relação com os outros” (FOUCAULT, 2014, p. 236).

Rorty refere-se a Foucault como “cavaleiro da autonomia”, “intelectual romântico” e “poeta” quando tenta demonstrar a ausência no filósofo francês em “fornecer ‘fundamentos’ para as nossas obrigações morais para com os outros” (RORTY, 1999, p. 308). Como já dito, Foucault se nega a determinar caminhos, já que, para ele:



Nada é mais inconsistente do que um regime político indiferente à verdade; mas nada é mais perigoso do que um sistema político que pretende prescrever a verdade. A função do “dizer verdadeiro” não deve tomar forma de lei, como seria igualmente vão acreditar que ele consiste de pleno direito nos jogos espontâneos de comunicação. A tarefa do dizer verdadeiro é um trabalho interminável: respeitá-la em sua complexidade é uma obrigação que nenhum poder pode economizar. Exceto para impor o silêncio da escravidão (FOUCAULT, 2014, p. 236).

Rorty, ao longo de seu texto, reafirma o incômodo que lhe causa o que enxerga como distanciamento entre os usos privados e públicos do cuidado de si:

Penso que Foucault deveria ter respondido às questões ‘em que ponto estás?, quais são os teus valores?’ desta maneira: ‘Estou a vosso lado como um concidadão, mas como filósofo permaneço à distância, perseguindo projetos de auto-invenção que não são do vosso interesse. Não vou apresentar fundamentos filosóficos para estar do vosso lado em assuntos públicos, pois o meu projeto filosófico é privado, o que não fornece nem motivo nem justificação para as minhas ações políticas’ (RORTY, 1999, p. 308).

Novamente, retornando ao que Foucault afirma em suas entrevistas, o cuidado de si é o cuidado dos outros. Conhecer-se a si mesmo é conhecer seus limites, suas potências, suas possibilidades de ação. Somente dessa forma será possível ocupar-se dos “outros”, ou exercer o governo dos “outros”, tanto na esfera pública quanto na privada:

O cuidado de si é ético em si mesmo: porém implica relações complexas com os outros, uma vez que esse *éthos* da liberdade é também uma maneira de cuidar dos outros; por isso é importante, para um homem livre que se conduz adequadamente, saber governar sua mulher, seus filhos, sua casa. Nisso também reside a arte de governar. O *éthos* também implica uma relação com os outros, já que o cuidado de si permite ocupar na cidade, na comunidade ou nas relações interindividuais o lugar conveniente –seja para exercer uma magistratura ou para manter relações de amizade. Além disso, o cuidado de si implica também a relação com um outro, uma vez que, para cuidar bem de si, é preciso ouvir as lições de um mestre. Precisa-se de um guia, de um conselheiro, de um amigo, de alguém que lhe diga a verdade. Assim, o problema das relações com os outros está presente ao longo desse desenvolvimento do cuidado de si (FOUCAULT, 2014, p. 265).

Sendo assim, é notório que o cuidado de si se desenvolve na relação com o “outro”, culminando no ato de governar. Não há como desvencilhar uma experiência da outra, o cuidado de si é uma prática privada que se estende para o domínio social e político, diferente do que supõe a compreensão de Rorty de que o cuidado de si cabe apenas ao âmbito privado.

Foucault estabelece que o jogo das relações de poder só será compreendido e, portanto, questionado, através da ação do cuidado de si dentro da dimensão privada, mas não restrita a ela

como entende Rorty. Dessa maneira, os estudos foucaultianos acerca do poder, da governamentalidade, do governo de si e dos outros e da relação de si para consigo compõem uma rede que não permite dissociar público e privado. Na sua ótica, essa impossibilidade de dissociação é “o ponto de articulação entre a preocupação ética e a luta política pelo respeito dos direitos, entre a reflexão crítica contra as técnicas abusivas de governo e a investigação ética que permite instituir a liberdade individual.” (FOUCAULT, 2014, p. 278)

Consideramos, então, que, ao analisar o texto de Rorty em conjunto com os escritos e entrevistas de Foucault, notamos que o autor não capturou todos os movimentos sobre a análise das relações de poder e subjetivação presente em Foucault. Rorty se equivocou em pontos importantes sobre a obra do filósofo francês. Além disso, é necessário lembrar que todas as obras dessa fase foram escritas e publicadas enquanto Rorty estava vivo; sua interpretação, então, não pode ser justificada pelo desconhecimento dos referidos estudos foucaultianos.

#### Referências Bibliográficas:

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, Michel. O uso dos prazeres e as técnicas de si. IN: **Ditos e escritos, volume V: ética, sexualidade, política**. 3º edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, pp.187-211.

FOUCAULT, Michel. O cuidado com a Verdade. IN: **Ditos e escritos, volume V: ética, sexualidade, política**. 3º edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, pp.234-245.

FOUCAULT, Michel. A Ética do Cuidado de Si como prática da Liberdade. IN: **Ditos e escritos, volume V: ética, sexualidade, política**. 3º edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, pp.258-280.

FOUCAULT, Michel. Verdade, poder e si mesmo. IN: **Ditos e escritos, volume V: ética, sexualidade, política**. 3º edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, pp.287-293.

FOUCAULT, Michel. 1982- O sujeito e o poder. IN: **Ditos e escritos, volume IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, pp.118-140.

FOUCAULT, Michel. Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a Política da Identidade. IN: **Ditos e escritos, volume IX: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014, pp.251-263.

RORTY, Richard. Identidade Moral e autonomia privada: o caso de Foucault. IN: **Ensaio sobre Heidegger e outros**. Lisboa, Instituto Piaget, 1999.